

**A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo:
um lugar de memória**

Cylaine Maria das Neves Auler
Universidade de São Paulo – Doutoranda em História Social
Av. Professor Lineu Prestes, 338, Cidade Universitária
São Paulo – SP – CEP 05508-900, Caixa Postal 8105
Endereço eletrônico spghisto@edu.usp.br
Telefone/Fax: (011) 3091-3786
cymozart@usp.br / cymozart@yahoo.com.br

Resumo

O objetivo deste artigo é discutir os vínculos entre o Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (IHGSP) e o movimento de construção da memória de São Paulo. Pouco a pouco, a Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo (RIHGSP) transformou-se na guardiã de parte da memória de São Paulo e da nação. Pretende-se desse modo contribuir para a reflexão sobre a maneira pela qual a RIHGSP pode ser interpretada como “lugar de memória” e como espaço para formulação e encaminhamento de problemas históricos.

Palavras-chave: Memória, História, Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.

Abstract

This paper is aimed at discussing the links between the São Paulo Historical and Geographic Institute (*IHGSP*) and the construction processes of the memory of the São Paulo State. Little by little, the Magazine of the São Paulo Historical and Geographic Institute (*RIHGSP*) transformed itself into the guardian of part of the memory of São Paulo and of the nation. It thus intends to contribute to the comprehension *RIHGSP* as “places of memory” and as spaces where historical problems are formulated and dealt with.

Key words: Memory, History, São Paulo Historical and Geographic Institute.

Introdução

Embora a memória seja um problema histórico, os que primeiro deram uma resposta específica à questão, foram psicanalistas e filósofos (Sigmund Freud, Henri Bergson, Georg Lukács), escritores (Marcel Proust, James Joyce, Joseph Conrad) e sociólogos, e seguidores de Émile Durkheim como, por exemplo, Maurice Halbwachs.

Há vários conceitos de memória. O primeiro está no âmbito do fenômeno neuropsíquico da conservação de informações que pertencem às áreas da medicina, biologia e psicologia. Esse fenômeno faz parte da dinâmica psíquica, da formação da personalidade e da identidade individual que possui dimensões coletivas.¹

No Brasil, a obra de referência sobre o tema da memória é *Memória e Sociedade* de Ecléa Bosi.² Utilizando três autores – Maurice Halbwachs, Frederic Bartlett e Willian Stern – ela considera a memória como uma construção social constituída por meio da articulação de vários pólos: indivíduo/sociedade, passado/presente, consciente/inconsciente, sonho/trabalho.

Discute várias conceituações a respeito da memória. Detém-se na teoria de Henri Bergson que consiste em provar a espontaneidade e a liberdade da memória em oposição aos “esquemas mecanicistas” que instalam a memória em algum canto escuro do cérebro, fazendo com que o passado se conserve íntegro e independente do espírito, sendo que o seu modo próprio de existência se apresente de uma forma inconsciente.³

A partir da afirmação de Bergson de que “aos dados imediatos e presentes dos nossos sentidos nós misturamos milhares de pormenores da nossa experiência passada”, pode-se afirmar que quase sempre essas lembranças deslocam as percepções reais, das quais se retém apenas algumas indicações, ou seja, simples “signos” destinados a evocar antigas imagens⁴; e, a partir disso, começa-se atribuir à memória uma função decisiva no processo psicológico, pois a memória permite a relação do presente com o passado, e, ao mesmo tempo, interfere no presente, pois, “... pela memória, o passado não só vem à tona das águas presentes,

¹ LURIA, Aleksander Romanovich. *A mente e a memória. Um pequeno livro sobre uma vasta memória*. São Paulo: Martins Fontes, 1999.

² BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*. 2. ed. São Paulo: T. A. Queiroz: Editora da Universidade de São Paulo, 1987.

³ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, p. 14.

⁴ BERGSON, Henri. *Matière et mémoire: essai sur la relation du corps à l'esprit*. 94. ed. Paris: PUF, 1985.

misturando-se com as percepções imediatas, como também empurra, ‘desloca’ estas últimas, ocupando o espaço todo da consciência”.⁵

Bergson, na construção de sua teoria sobre a memória, privilegia o indivíduo e suas lembranças, ignorando o meio social no qual este indivíduo está inserido. A obra memorialística é vista como uma fonte que permite simplesmente a apreensão factual do passado, ou seja, o resgate de um acontecimento que pela força da evocação mnemônica se liberta das malhas do tempo e nos alcança inviolado. Portanto, recordar é reviver integralmente o passado. A relação entre o autor e o conteúdo de sua lembrança é privilegiada, reforçando-se a importância do que é lembrado. Além disso, a experiência de vida que separa o memorialista do momento evocado é também ignorada, como também impossível de ser compartilhada.

Segundo Inês da Conceição Inácio, a teoria de Bergson sobre a memória, exerceu profunda influência em artistas como Claude Debussy e Marcel Proust, mas apesar disso, ou talvez por isso mesmo, pouco alterou o conceito que os historiadores faziam das fontes memorialísticas; parecia muito mais justificá-lo, pois, a teoria bergsoniana redimia a capacidade humana de rememoração, acrescentando-lhe ainda um caráter onírico e mimético. Dessa forma, as memórias podiam se constituir em um bom exercício para literatos, mas não para os historiadores.⁶

Memória e História: dois lados de uma mesma moeda?

Contrapondo a teoria de Henri Bergson com a teoria psicossocial, temos o sociólogo Maurice Halbwachs, o principal estudioso das relações entre memória e história. De seus estudos nasceram: *Les cadres sociaux de La mémoire*⁷ e *La mémoire collective*⁸ que colocaram a questão da memória sobre novas bases, prolongando os estudos de Émile

⁵ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, p. 9.

⁶ A autora apresenta importante estudo sobre a relação memória e história e utiliza relatos autobiográficos como fonte histórica. (INÁCIO, Inês da Conceição. A família rememorada: representações do grupo familiar em memória de militantes comunistas. *Revista Brasileira de História*. São Paulo: ANPUH/Marco Zero, n. 9, v. 17, p. 178-190, 1988/1989).

⁷ HALBWACHS, Maurice. *Les cadres sociaux de la mémoire*. Paris: Alcan, 1925.

⁸ HALBWACHS, Maurice. *La Mémoire collective*. Paris: PUF, 1950.

Durkheim; que levaram a pesquisa de campo às hipóteses de Auguste Comte sobre a procedência do “fato social” sobre fenômenos de ordem psicológica e individual.⁹

Em Bergson, o método introspectivo conduz a uma reflexão sobre a memória em si mesma, como subjetividade livre e conservação espiritual do passado, sem que lhe parecesse pertinente fazer intervir quadros condicionantes de teor social ou cultural.

Maurice Halbwachs, relativizando as idéias de Bergson, desenvolve uma teoria psicossocial, na qual salienta que lembrar não é reviver, mas refazer, reconstruir, repensar, com imagens e idéias contemporâneas. A conservação total do passado e a sua ressurreição só seriam possíveis se o adulto mantivesse intacto o sistema de representações, hábitos e relações sociais da sua infância - o que é impossível. O passado não sobrevive “tal como foi”, porque o tempo transforma as pessoas em suas percepções, idéias, juízos de realidade e de valor.

Ao invés de tratar a memória isoladamente, Halbwachs busca sua compreensão na relação homem-sociedade. Ele não vai estudar a memória em si, mas os “quadros sociais da memória”. As relações a serem determinadas já não se limitam ao mundo da pessoa e sim à realidade interpessoal das instituições sociais. A memória do indivíduo depende do seu relacionamento com a família, com a classe social, com a escola, com a igreja, com a profissão, com os grupos de convívio e os grupos de referências peculiares a esse indivíduo. Nesta perspectiva, lembrar-se é uma ação coletiva, pois, embora o indivíduo seja o memorizador, a memória somente se sustenta no interior de um grupo. Portanto, a reconstrução do passado irá depender da integração do indivíduo em um grupo social que compartilha suas experiências, e é esse grupo que dará sustentação a suas lembranças.

Com efeito, Maurice Halbwachs ajuda a situar a “aventura” pessoal da memória e a sucessão de eventos individuais, da qual resultam mudanças que se produzem em nossas relações com os grupos com os quais estamos misturados e relações que se estabelecem entre esses grupos.¹⁰ Dessa forma, podemos inferir que os estudos de Halbwachs apontam para o caráter coletivo da memória e lhe atribui uma função social.

Halbwachs nos fornece uma distinção entre a “memória histórica”, de um lado, que supõe a reconstrução dos dados fornecidos pelo presente da vida social e é projetada no passado reinventado; e a “memória coletiva”, de outro, aquela que recompõe o passado.¹¹ Em

⁹ BOSI, Ecléa. *Memória e Sociedade: lembranças de velhos*, p. 14.

¹⁰ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 14.

¹¹ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 14-15.

outras palavras, podemos afirmar que enquanto a memória histórica realiza a “reconstrução” do fato, a memória coletiva opera a sua “reconstituição”. Não é suficiente reconstruir peça por peça a imagem de um acontecimento do passado para se obter uma lembrança. É necessário que esta reconstrução se opere a partir de dados ou de noções comuns que se encontram tanto no nosso espírito como no dos outros, porque elas passam incessantemente desses para aquele e reciprocamente, o que só é possível se fizeram e continuam a fazer parte de uma mesma sociedade. Somente assim podemos compreender que uma lembrança possa ser ao mesmo tempo reconhecida e reconstruída.¹² A lembrança é, em larga medida, uma reconstrução do passado com a ajuda de dados emprestados do presente e, além disso, preparada por outras reconstruções feitas em épocas anteriores e de onde a imagem de outrora se manifestou já bem alterada.

No que se refere à memória coletiva, podemos dizer que ela se distingue da história. É uma corrente de pensamento contínuo, ou seja, retém do passado somente aquilo que ainda está vivo ou capaz de viver na consciência do grupo que a mantém. Por definição, ela não ultrapassa os limites deste grupo. Quando um período deixa de interessar ao período seguinte, não é um mesmo grupo que esquece uma parte de seu passado: há, na realidade, dois grupos que se sucedem. Por outro lado, a história divide a seqüência dos séculos em períodos, como se distribui o conteúdo de uma tragédia em vários atos.

Porém, enquanto que em uma peça, de um ato para outro, a mesma ação prossegue com os mesmos personagens, que permanecem até o desenlace de acordo com seus papéis, e cujos sentimentos e paixões progridem em um movimento ininterrupto, na história se tem a impressão de que, de um período a outro, tudo é renovado, interesses em jogo, orientação dos espíritos, maneiras de ver os homens e os acontecimentos, tradições e perspectivas para o futuro, e que se, aparentemente reaparecem os mesmos grupos, é porque as divisões exteriores, que resultam dos lugares, dos nomes, e também da natureza geral das sociedades, subsistem. Mas os homens que constituem um mesmo grupo em dois períodos sucessivos são como duas barras em contato por suas extremidades opostas, mas que não se juntam de outro modo, e não formam realmente um mesmo corpo.¹³

Na realidade, no desenvolvimento da memória coletiva, não há linhas de separação nitidamente traçadas, como na história, mas somente limites irregulares e incertos. O presente

¹² HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 16-34.

¹³ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 84.

não se opõe ao passado. Porque o passado não mais existe, enquanto que, para o historiador, os dois períodos têm realidade. A memória de uma sociedade estende-se até onde pode, ou seja, até onde atinge a memória dos grupos dos quais ela é composta. Não é por indiferença que ela esquece uma quantidade tão grande de acontecimentos. É porque os grupos que dela guardavam a lembrança desapareceram.

Toda a memória coletiva tem por suporte um grupo limitado no espaço e no tempo. Não se pode concentrar em um único quadro a totalidade dos acontecimentos passados senão na condição de desligá-los da memória dos grupos que deles guardavam a lembrança, romperem as amarras pelas quais participavam da vida psicológica dos meios sociais onde aconteceram, de não manter deles senão o esquema cronológico e espacial. Não se trata mais de revivê-los em sua realidade, porém de recolocá-los dentro dos quadros nos quais a história dispõe os acontecimentos, quadros que permanecem exteriores aos grupos, em si mesmos, e defini-los, confrontando-os uns aos outros.

É como dizer que a história se interessa, sobretudo pelas diferenças, feita a abstração das semelhanças, sem as quais, todavia não haveria memória, uma vez que é possível se lembrar apenas dos fatos que tenham por traço comum pertencer a uma mesma consciência. Apesar da variedade dos lugares e dos tempos, a história reduz os acontecimentos a termos aparentemente comparáveis, o que lhe permite ligá-los uns aos outros, como variações sobre um ou alguns temas. Somente assim, ela consegue nos dar uma visão em um pequeno ponto do passado, “apanhando num instante, simbolizando em algumas mudanças bruscas, em alguns avanços dos povos e dos indivíduos, lentas evoluções coletivas. É desse modo que ela nos apresenta uma imagem única e total”.¹⁴

A história é um quadro de mudanças, e é natural que ela se convença de que as sociedades mudam sem cessar, porque ela fixa seu olhar sobre o conjunto, e não passam muitos anos sem que dentro desse grupo, alguma transformação se produza. Ora, uma vez que, para a história, tudo está ligado, cada uma dessas transformações deve reagir sobre as outras partes do corpo social, e preparar uma nova mudança. Aparentemente, a seqüência dos acontecimentos históricos é descontínua, cada fato está separado daquele que o precede ou que o segue por um intervalo, onde se pode acreditar que nada aconteceu. Na realidade, aqueles que registram a história e, sobretudo as mudanças, as diferenças, entendem que, para passar de um fato para outro, é preciso que se desenvolva uma série de transformações das

¹⁴ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 86.

quais a história não percebe senão o somatório, ou o resultado final. Tal é o ponto de vista da história, porque ela examina os grupos de fora, e porque ela abrange uma duração bastante longa. A memória coletiva, ao contrário, é o grupo visto de dentro, e durante um período que não ultrapassa a duração média da vida humana, que lhe é, freqüentemente, bem inferior. Ela apresenta ao grupo um quadro de si mesmo que, sem dúvida, se desenrola no tempo, já que se trata de seu passado, mas de tal maneira que ele se reconhece sempre dentro dessas imagens sucessivas. A memória coletiva é um quadro de analogias, e é natural que ela se convença que o grupo permanece, e permaneceu o mesmo, porque ela fixa sua atenção sobre o grupo, e o que mudou, foram as relações do grupo com os outros.

A memória coletiva avança, no passado até certo limite, mais ou menos longínquo, aliás, segundo se trate deste ou daquele grupo. Para além desse limite e que se detém a atenção da história. Costuma-se dizer que, às vezes, a história se interessa pelo passado e não pelo presente. “Mas o que é verdadeiramente o passado para ela, é aquilo que não está mais compreendido no domínio onde se estende ainda o pensamento dos grupos atuais”. Parece que ela precisa esperar que os antigos grupos desapareçam e que seus pensamentos e sua memória se tenham desvanecido, para que ela se preocupe em fixar a imagem e a ordem de sucessão dos fatos que agora é a única capaz de conservar. Sem dúvida, é preciso então se apoiar em depoimentos antigos cujo rastro subsiste nos textos oficiais, jornais da época e nas memórias escritas pelos contemporâneos. Mas na escolha que deles faz, na importância que lhes atribui, o historiador se deixa guiar por razões que não têm nada a ver com a opinião de então, porque esta opinião não existe mais; “não somos obrigados a levá-la em conta, não se tem medo que ela venha a se chocar com um desmentido”.¹⁵ Tanto assim é verdade que ele não pode realizar sua obra senão com a condição de se colocar deliberadamente fora do tempo vivido pelos grupos que assistiram aos acontecimentos, que com eles tiveram contato mais ou menos direto, e que eles podem se lembrar

Halbwachs não está sozinho, há uma tradição em opor memória e história. O historiador francês Pierre Nora, em seu artigo *Memória Coletiva*, publicado na França em 1978, leva a efeito a diferenciação entre memória coletiva e memória histórica no âmbito da comunidade de historiadores. Estas reflexões serão retomadas no início dos anos 80, com a publicação da obra coletiva *Les Lieux de Mémoire. I La République*¹⁶, por ele dirigida.

¹⁵ HALBWACHS, Maurice. *A memória coletiva*. São Paulo: Vértice, 1990, p. 109.

¹⁶ NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de Mémoire. I La République*. Paris: Gallimard, 1993.

Para Nora, a memória coletiva, é a que permanece do passado na vivência dos grupos ou aquilo que os grupos fazem do passado. A memória histórica é unitária. É fruto de uma “tradição científica, é ela própria memória coletiva do grupo dos historiadores”. A memória histórica filtra, acumula, capitaliza e transmite; a memória coletiva conserva por um momento a recordação de uma experiência intransmissível, apaga e recompõe a gosto, em função das necessidades de momento, das leis do imaginário e do retorno dos recalamentos. A memória histórica une, a memória coletiva divide. Sejam quais forem, entre uma e outra, as passagens e as influências recíprocas, dificilmente se foge a esta oposição.

Em outro texto, Nora afirma que a memória emerge de um grupo que ela une, o que quer dizer, como Halbwachs o fez, que há tantas memórias quantos grupos existem; que ela é, por natureza, múltipla e desacelerada, coletiva, plural e individualizada. A história, ao contrário, pertence a todos e a ninguém, o que lhe dá uma vocação para o universal. A memória se enraíza no concreto, no espaço, no gesto, na imagem, no objeto. A história só se liga às continuidades temporais, às evoluções e às relações das coisas. A memória é um absoluto e a história só conhece o relativo.¹⁷

A leitura de Pierre Nora dialoga, especialmente, com as assertivas propostas por Maurice Halbwachs na distinção que ele faz entre a história e a memória, na qual a história “é uma e podemos dizer que não há senão uma história”, e por outro lado, a memória trabalha com o vivido, com o que está presente no grupo e é, portanto, múltipla. Nora, ao contrário de Halbwachs, propõe a utilização da memória como objeto do conhecimento histórico. Contudo Marcos A. da Silva lembra-nos que Nora enfatiza a oposição entre a memória (espaço do vivido e do absoluto) e a história (lugar do reconstruído e do relativo), “perdendo de vista que no reconstruído e relativo há alguns horizontes do vivido e certa pretensão do absoluto”¹⁸. O próprio mito da objetividade, que é alimentado por parcelas do conhecimento histórico erudito, acaba por reforçar a memória interna desse campo de saber. Mas se são distintos, também são inseparáveis, como afirma Montenegro.¹⁹

Se se toma a história como construção que, ao recuperar o passado (campo também da memória), aponta para formas de explicação do presente e projeta o futuro, podemos afirmar

¹⁷ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993, p. 9.

¹⁸ SILVA, Marcos A. da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*. São Paulo: Brasiliense, 1995, p. 70-71.

¹⁹ MONTENEGRO, Antonio Torres. *História oral e memória: a cultura popular revisitada*. 3. ed. São Paulo: Contexto, 1994, p. 18.

que esta operação encontraria em cada indivíduo um processo interior semelhante (passado, presente e futuro) por meio da memória.

Outros autores elaboram, com perspectivas diferenciadas, conclusões próximas a esta assertiva, especialmente aqueles que trabalham com a história oral. Michael Frisch, por exemplo, enfatiza que, apesar de, em certos sentidos, serem verdadeiramente opostos os conceitos de memória e história, muito têm em comum. Segundo ele, “os estudos recentes estão marcados por situações, nas quais a história subverteu a memória e a memória subverteu a história”. Isso não sugere apenas uma contradição ou paradoxo, mas, sobretudo uma tensão útil que contribui para que os historiadores focalizassem a problemática da própria memória coletiva, situando-a simultaneamente como fonte de alternativas e resistências ao poder estabelecido e como objeto de manipulação ideológica hegemônica por parte das estruturas de poder cultural e político. Esta incorporação da memória à história proporcionou uma tensão produtiva que vem gerando novas abordagens à concepção tanto da história quanto da memória, nas quais o processo de dar sentido ao passado é entendido como uma capacidade mais geral, expressa de várias formas e modos, que podem ser mais bem entendidos como organizados em vetores de diferentes espectros, em vez de estarem agrupados em torno de noções polarizadas de história e memória.²⁰

Por seu lado, Samuel pondera que “talvez seja um legado do romantismo que a memória e história quase sempre sejam colocadas em campos opostos”. Segundo ele, o romantismo possuía como pressuposto para a memória “um senso de perda”, separando o seu trabalho da ciência e inserindo-a “no reino do intuitivo e do instintivo”. Criticando Le Goff, dentre outros, o autor afirma que a memória não é “receptáculo passivo”, e

sim uma forma ativa, que molda; que é dinâmica - o que ela sintomaticamente planeja esquecer é tão importante quanto o que ela lembra - e que ela é dialeticamente relacionada ao pensamento histórico, ao invés de ser apenas uma espécie de seu negativo.²¹

Nessa mesma linha, Portelli considera importante a memória não ser “apenas um depósito passivo de fatos, mas também um processo ativo de criação de significações”.²²

²⁰ THOMSON, Alistair; FRISCH, Michael; HAMILTON, Paula. Os debates sobre memória e história: alguns aspectos internacionais. In: AMADO, Janaína e FERREIRA, Marieta de Moraes (coord.). *Uso e abuso da história oral*. Rio de Janeiro: FGV, 1996, p. 65-91.

²¹ SAMUEL, Raphael. Teatros de memória. *Projeto História*. Cultura e Representação, São Paulo, n. 14, 1997, p. 41-45.

Para ele, a memória é um “processo individual, que ocorre em um meio social dinâmico, valendo-se de instrumentos socialmente criados e compartilhados”.²³ As recordações, afirma o autor, “podem ser semelhantes, contraditórias ou sobrepostas” e nunca serão exatamente iguais entre duas pessoas. Nesse sentido, ele prefere evitar a expressão “memória coletiva” por considerá-la extremamente problemática ao situar a memória fora do indivíduo. Esse autor acredita que a memória é social e pode ser compartilhada. Porém, ela só se materializa nas reminiscências e nos discursos individuais. Ela só se torna memória coletiva quando é abstraída e separada do individual: no mito e no folclore, nas instituições, etc.²⁴.

O historiador Ulpiano Toledo Bezerra de Meneses acredita ser imprópria qualquer coincidência entre memória e história. A memória, como construção social é uma formação de imagem necessária para os processos de constituição e reforço da identidade individual, coletiva e nacional. Não se confunde com a história, que é forma intelectual de conhecimento, “operação cognitiva”. A memória, ao invés, é “operação ideológica, processo psicossocial de representação de si próprio, que reorganiza simbolicamente o universo das pessoas, das coisas, imagens e relações, pelas legitimações que produz”. A memória fornece quadros de orientação e de assimilação do novo, códigos para classificação e para o intercâmbio social. Segundo o autor, nessa perspectiva, o estudo da memória ganharia muito se fosse conduzido no domínio das representações sociais.²⁵

Enfim, memória não é sinônimo de história, existem tensões entre elas e, ao mesmo tempo, mútuas determinações.²⁶ A memória constitui a história, é produzida em diversos lugares do social definindo identidades, diferenças e agentes, é experiência e criação social, dá base ao conhecimento histórico e também é influenciada por ele.²⁷

Outro conceito importante que pode ser abordado é o conceito de memória social. Ao se falar em memória social, pode-se tomá-la como expressão da experiência coletiva. A memória social identifica um grupo, conferindo sentido ao seu passado e define as suas

²² PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. Cultura e Representação, São Paulo, n. 14, 1997, p. 33.

²³ PORTELLI, Alessandro. Tentando aprender um pouquinho. Algumas reflexões sobre a ética na história oral. *Projeto história. Ética e história oral*, São Paulo, n. 15, 1997, p. 16.

²⁴ PORTELLI, Alessandro. O que faz a história oral diferente. *Projeto História*. Cultura e Representação, São Paulo, n. 14, 1997.

²⁵ MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais. *Revista do Instituto de Estudos Brasileiros*, São Paulo, n. 34, 1992, p. 22.

²⁶ SILVA, Marcos A. da. *História: o prazer em ensino e pesquisa*, p. 61-75.

²⁷ POLLAK, Michel. Memória e identidade social. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 5, n. 10, p. 200-212, 1992.

aspirações para o futuro. Ao fazê-lo, a memória social faz muitas vezes exigências factuais sobre acontecimentos passados. Por vezes, é possível confrontar estas exigências factuais com fontes documentais; em outras ocasiões, não. Em ambos os casos, porém, “a questão de nós considerarmos estas memórias historicamente verdadeiras revela-se muitas vezes menos importante do que a de eles considerarem verdadeiras as suas memórias”.²⁸

A memória social é fonte de conhecimento. A capacidade de uma sociedade para transmitir a sua memória social sob a forma lógica e articulada não depende do domínio da escrita. A questão é muito mais complexa. A transmissão da memória depende, em um sentido mais geral, da maneira como uma cultura representa a linguagem.

Depende da medida em que uma sociedade sabe aperceber a linguagem como veículo de expressão e comunicação independente do contexto social imediato. Depende também da concepção que o grupo tiver do saber que recorda.²⁹

Uma memória só pode ser social se puder ser transmitida e, para ser transmitida, tem que ser primeiramente articulada. A memória social é, portanto memória articulada. Nesse sentido, o processo de mudança durante a transmissão da memória social é igualmente um processo de conceptualização. Se uma sociedade não dispõe de meios para fixar a memória do passado, a tendência natural da memória social é suprimir o que não é significativo ou intuitivamente satisfatório nas memórias coletivas do passado e interpolar ou introduzir o que parece mais apropriado ou mais em conformidade com determinada concepção do mundo.

Segundo Pierre Nora³⁰, nas chamadas sociedades tradicionais, a memória estava incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume³¹, desempenhando o papel decisivo

²⁸ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*. Lisboa: Editorial Teorema, 1992, p. 41.

²⁹ FENTRESS, James; WICKHAM, Chris. *Memória social. Novas perspectivas sobre o passado*, p. 64.

³⁰ NORA, Pierre. Entre memória e história. A problemática dos lugares. *Projeto História*, São Paulo, n. 10, dez. 1993.

³¹ A tradição deve ser diferenciada do costume, vigente nas sociedades ditas tradicionais. O costume tem a dupla função de motor e volante. “Não impede as inovações e pode mudar até certo ponto, embora evidentemente seja tolhido pela exigência de que deve parecer compatível ou idêntico ao precedente. Sua função é dar a qualquer mudança desejada (ou resistência à inovação) a sanção do precedente, continuidade histórica e direitos naturais conforme o expresso na história. Os estudiosos dos movimentos camponeses sabem que quando numa aldeia se reivindicam terras ou direitos comuns ‘com base em costumes de tempos imemoriais’ o que expressa não é um fato histórico, mas o equilíbrio de forças na luta constante da aldeia contra os senhores de terra ou contra outras aldeias. Os estudiosos do movimento operário inglês sabem que o ‘costume da classe’ ou da profissão pode representar não uma tradição antiga, mas qualquer direito, mesmo recente, adquirido pelos operários na prática, que eles agora procuram ampliar ou defender através da sanção da perenidade. O ‘costume’ não pode se dar ao luxo de ser invariável, porque a vida não é assim nem mesmo nas sociedades tradicionais. O direito comum ou

de indicar no passado o que era necessário reter para preparar o futuro. No mundo moderno, a memória teria deixado de estar incorporada à vivência cotidiana da tradição e do costume, sendo substituída por “lugares de memória”.³² Ou seja, a memória teria deixado de ser uma função ativa do conjunto da sociedade para se tornar atributo de alguns. Ao invés de ser encontrada no próprio tecido social – no costume, na tradição –, a memória tomaria forma em lugares determinados passando a depender de agentes especialmente dedicados a sua produção.

Ao serem elucidados alguns conceitos sobre memória e a sua relação com a história, chega-se ao conceito crucial para o presente artigo, trabalhado por Pierre Nora, que é o de “lugar de memória”. Como sugeriu Pierre Nora, os monumentos jogaram peso decisivo na configuração da memória nacional no século XIX, pois expressavam a intenção deliberada, por parte de segmentos políticos definidos, de defender do movimento indeterminado da história, fragmentos do passado reconstituído por intermédio de abordagens e focos precisos. Nesse sentido, assumindo a configuração de “lugares de memória”, na feliz concepção do historiador, os monumentos não foram obras pacificamente idealizadas, e sim construções destinadas a resguardar poderes e saberes sobre o passado e sobre as origens da nação que se achavam ameaçados pela própria complexidade do curso da história e da política.³³

Para abordar a noção de “lugar de memória”, Pierre Nora afirma haver tomado emprestado a Cícero, em seu *De oratore*³⁴, a figura retórica do *locus memoriae*, na qual se associa a um lugar, uma idéia, transformando-o em um símbolo. Este *locus* pertence claramente ao domínio do ideal e por isso é errado reduzi-lo a um passeio nostálgico entre monumentos e vestígios materiais do passado.³⁵

consuetudinário ainda exhibe esta combinação de flexibilidade implícita e comprometimento formal com o passado. Nesse aspecto, aliás, a diferença entre ‘tradição’ e ‘costume’ fica bem clara. ‘Costume’ é o que fazem os juízes; ‘tradição’ (no caso, tradição inventada) é a peruca, a toga e outros acessórios e rituais formais que cercam a substância, que é a ação do magistrado. A decadência do ‘costume’ inevitavelmente modifica a ‘tradição’ à qual ele geralmente está associado” (HOBSBAWN, Eric; RANGER, HOBSBAWN, Eric; RANGER, Terence (orgs.). *A invenção das tradições*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1984, p. 10).

³² “A *lieu de mémoire* is any significant entity, whether material or non-material in nature, which by dint of human will or the work of time has become a symbolic element of the memorial heritage of any community (...)”. (NORA, Pierre; KRITZMAN, NORA, Pierre; KRITZMAN, Lawrence. (eds.). *Realms of Memory: rethinking the French past. Conflicts and divisions*. V. 1, New York and Chichester: Columbia University Press, 1996, p. 17).

³³ OLIVEIRA, Cecília Helena de Salles. A memória da Independência e o Museu Paulista. *D. O. Leitura*, São Paulo, set. 1999, p. 23.

³⁴ CÍCERO, Marcus Tullius. *De oratore*. Cambridge: Harvard University Press, 1988.

³⁵ ENDERS, Armelle. Les Lieux de Mémoire, dez anos depois. *Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, vol. 6, n. 11, 1993, p. 133.

O “lugar de memória”, na pena de Pierre Nora, “possui geometria variável e designa ora objetos, ora um método, ora a memória, ora o trabalho do historiador”. A maioria dos autores da coleção *Les Lieux de Mémoire* não seguiu o mesmo caminho. Nos sete volumes, o “lugar de memória” é compreendido como uma análise da construção da memória.³⁶

A memória nacional desenhada pela RIHGSP

Ao tentar refletir sobre a *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo* (RIHGSP) como um “lugar de memória” torna-se necessário repensar o problema a partir do que nos autoriza Pierre Nora. De imediato ressalta-nos a colocação feita pelo historiador sobre memória e história que mostra que “la mémoire est un phénomène toujours actuel, un lien vécu au présent éternel; l’histoire, une représentation du passé”.³⁷ A história, para Nora é reconstrução, ou seja, a “representação do passado”. Diferente da memória, a história não conhece o absoluto, apenas o relativo.

O “lugar de memória” é o ponto capaz de cristalizar a memória nacional.³⁸ Possui três aspectos significativos – material, simbólico e funcional – que vão sempre coexistir. A razão de ser dos “lugares de memória” é paralisar o tempo, impedir o trabalho do esquecimento, imortalizar a morte, materializar o imaterial.

São “lugares de memória”, não só museus, mas também aquilo que, apesar de não ter a concretude de *lugar* guarda a capacidade de cristalizar a memória, como, por exemplo, a *RIHGSP* relacionada à representação do jesuíta e do bandeirante, que eram

... dois agentes igualmente poderosos, antagônicos muitas vezes, mas eficazes ambos tomam a si a expansão povoadora: o missionário e o bandeirante. Aquele, alma ardente de apóstolo abnegado, soldado de uma milícia que não tem pátria, que

³⁶ ENDERS, Armelle. *Les Lieux de Mémoire*, dez anos depois, p. 135.

³⁷ “A memória é um fenômeno atual, portanto, uma ligação vivida no eterno presente; a história é uma representação do passado”. (NORA, Pierre (org.). *Les Lieux de Mémoire. I La République*. Paris: Gallimard, 1993).

³⁸ “Já a memória nacional que não é a somatória das diferentes memórias coletivas de uma nação apresenta-se como unificada e integradora, procurando a harmonia e escamoteando ou sublimando o conflito: é da ordem da ideologia. Por isso mesmo, o estado e as camadas dominantes - mas nem sempre - são, como interessados na reprodução da ordem social (a que ela induz e que simbolicamente realiza), os principais responsáveis pela sua constituição e circulação. A memória nacional é o caldo de cultura, por excelência, para a formulação e desenvolvimento da identidade nacional, das ideologias da cultura nacional e, portanto, para o conhecimento histórico desses fenômenos. Daí ser a questão da identidade nacional, em sua natureza problemática, o tema melhor estudado dentre todos os que se referem à memória social” (MENESES, Ulpiano Bezerra Toledo de. *A História, cativa da memória? Para um mapeamento da memória no campo das Ciências Sociais*, p. 15).

surgiu para vencer persuadindo, é por certo um dos fundadores da nova nação. Ao seu aceno moviam-se levas numerosas de catecúmenos com que se fundaram nos campos como nas praias do mar as aldeias de outrora, opulentas cidades de hoje, que não renegam a humildade do seu berço. Este outro, um mestiço já nascido nas terras da América, alma inculta, supersticiosa e por vezes cruel, manifestando-se por uma energia indômita, e por uma audácia descomedida, é um caçador. Mas a sua caça é primeiro o índio que é mister descer para as lavouras, depois as minas que é mister desvendar;³⁹

e que podem ser apresentados como o *locus*, não só do imaginário da época, mas, sobretudo, um dos lugares privilegiados onde a memória nacional se cristalizou e foi representada. A *RIHGSP* construiu ou ainda, perpetuou a imagem-símbolo do bandeirante “desbravador” e do jesuíta “civilizador” do gentio. Assim, a *RIHGSP* torna-se uma idéia associada ao símbolo, primordialmente pelo trabalho do próprio tempo e, em parte pela ação dos homens, indo encontrar-se como elemento simbólico do patrimônio desta memória nacional específica.

Os discursos fundadores funcionam como referência básica no imaginário que constituem as diferentes falas da *RIHGSP*. Esses discursos se tornam referências na construção da memória nacional. Trata-se de pensar como os diferentes processos discursivos se relacionam. Como uns vão se constituindo em relação aos outros. Como é possível reconhecer um discurso fundador através do modo pelo qual ele se instala como tal no conjunto dos processos discursivos? No que se refere a *RIHGSP*, podemos inferir que o discurso fundador pode ser observado na representação do bandeirante, enquanto forma legitimadora de determinada camada social; e, também, podemos encontrá-lo na representação do jesuíta:

Resgatemos antes os nossos dissentimentos, erguendo à memória dos fundadores do Colégio, que são também os desta cidade, um monumento imorredouro como o bronze, sobrepondo ao monumento que desaparece outro monumento ainda mais conspícuo, e que este seja uma memória tão digna deles como também o representativo fiel do nosso progresso de três séculos.⁴⁰

³⁹ SAMPAIO, Teodoro. IV centenário do descobrimento do Brasil. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 5, 1899-1900, p. 103.

⁴⁰ SAMPAIO, Teodoro. A propósito do nome ‘Caramuru’. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 2, 1896-1897, p. 9.

A análise do discurso dos artigos da *RIHGSP* se faz importante, visto que o discurso enquanto prática social funciona em várias dimensões temporais simultaneamente, ou melhor, capta, transforma e divulga acontecimentos, opiniões e idéias –

ou seja, lê o presente - ao mesmo tempo em que organiza um futuro - as possíveis conseqüências desses fatos do presente - e, assim, legitima, enquanto passado - memória - a leitura desses mesmos fatos do presente, no futuro.⁴¹

É possível vislumbrar como se constrói a memória histórica; como ela se elabora nos enunciados dos discursos políticos da *RIHGSP* e também como essa mesma memória é reelaborada e consolidada pela prática historiográfica. Por meio da análise se desmontam os mecanismos pelos quais os discursos políticos produziram determinado fato histórico visando a sua própria legitimação.

O tema da construção da memória histórica representa com certeza uma questão que vem sendo cada vez mais desenvolvida pela análise do discurso, “sobretudo quando analisado do ponto de vista de como a história se faz materialmente presente, enquanto memória, no discurso”.⁴² A partir dos discursos da *RIHGSP*, tornar-se possível entrever os processos discursivos que atuam na perpetuação e cristalização de determinados sentidos em detrimento de outros, ou seja, é cabível investigar os processos discursivos que acabam por tecer a memória de uma determinada época.

Em seus três aspectos, material, simbólico e funcional, a *RIHGSP* adquire estatuto de “lugar de memória”. Ela é material por força de sua própria concretude. Esta materialidade se reveste, contudo de uma aura simbólica:

A Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo constitui-se numa das mais antigas publicações em circulação no país, na área das ciências humanas. Desde 1895, ela abriga artigos que representam, sobretudo para os estudos históricos, uma significativa contribuição ao pensamento nacional. Como todas as instituições de uma sociedade em mudança - e a brasileira tem dado provas de como esse movimento pode ser acelerado - também a Revista procura não apenas representar o papel de órgão de divulgação de idéias perfeitamente consolidadas, como estar aberta à participação em embates intelectuais em processo de

⁴¹ MARIANI, Bethania Sampaio Côrrea. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória). In: ORLANDI, Eni Pulcinelli (org.). *Discurso fundador. A formação do país e a construção da identidade nacional*. Campinas, SP: Pontes, 1993, p. 33.

⁴² MARIANI, Bethania Sampaio Côrrea. Os primórdios da imprensa no Brasil (ou: de como o discurso jornalístico constrói a memória), p. 41.

amadurecimento. Nesse sentido, a Revista do IHGSP assume, contemporaneamente, um duplo papel: além de assentar-se como uma ponte entre pensadores profissionais e amadores de história - o que a leva a admitir em suas páginas uma fértil pluralidade de métodos, periodizações e outras formas de construção do texto analítico - pretende abrir-se para um relacionamento íntimo com a intelectualidade reunida nas grandes universidades brasileiras e outros trabalhadores do pensamento que têm construído isoladamente a sua trajetória de estudos e pesquisas. Assim, pretende-se dar corpo a uma nova fase da Revista que descortinará um espaço variado de concepções, com o objetivo de contribuir para fertilizar ainda mais o campo do saber histórico em nosso Estado de São Paulo. O lema defendido pela atual presidência de Roberto Machado Carvalho bem consubstancia o momento. Trata-se de ser fiel à *tradição*, sem descuidar da indispensável *modernização*.⁴³

O caráter funcional também está presente. Refletindo sobre esse aspecto do “lugar de memória”, no caso da *RIHGSP*, percebe-se a cristalização da memória de forma bem nítida:

Pelo mérito de pioneiros da fundação, os retratos a óleo de Domingos José Nogueira Jaguaribe Filho, Antônio de Toledo Pisa e Estevão Leão Bourroul foram colocados, por ato presidencial de José Torres de Oliveira, no lugar que a justo título lhes compete na galeria dos grandes vultos do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo.⁴⁴

Como afirmou Pierre Nora, o “lugar de memória” pode ser um arquivo, um testamento, uma tela pintada por qualquer grande mestre da pintura, um homem, um salão, uma revista... Para ser este *lugar* é necessário, entretanto, que coexistam os aspectos indicados por Nora, os quais são encontrados na *RIHGSP*.

Enfim, a *RIHGSP* é um *lugar* duplo: fechada em si mesma, enclausurada naquilo que ela é, mas capaz de transbordar além de seus limites, completamente aberta a múltiplas significações. Como “lugar de memória”, a *RIGHSP* promove o estudo e a divulgação da história do Estado de São Paulo:

O Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo [grifo CMN] fundado em 1º de novembro de 1894 na capital paulista, onde tem sede e domicílio jurídico, é uma sociedade civil de caráter científico e cultural, reconhecida de utilidade pública, sem fins lucrativos, com duração ilimitada e a finalidade precípua de promover o estudo e a divulgação da História, da Geografia e das Ciências e disciplinas correlatas, especialmente das que se relacionam com São Paulo, regida pelo

⁴³ COMISSÃO DE REDAÇÃO. Nota da redação. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 95, 1999, p. 5.

⁴⁴ INSTITUTO HISTÓRICO E GEOGRÁFICO DE SÃO PAULO. *Jubileu social (1894-1944)*. São Paulo: Imprensa Oficial do Estado, 1944, p. 10.

presente Estatuto, pelo seu Regimento Interno, subsidiariamente, pelo Código Civil e outras leis vigentes no País.⁴⁵

Para a *RIHGSP* a memória

é idéia e ação. O homem vive e cresce pelo que pensa e faz. Luta pela idéia que impulsiona a ação. Impõe-se pelo pensamento, agindo. Realça-se. Exalta-se e glorifica-se pela idéia e ação. Idéia é ideal, e este, motor da ação. Por isso, o homem afirma-se na grandeza dos seus ideais e dimensiona-se na totalidade das suas realizações. O homem que pensa e age torna digno seu povo e enriquece o patrimônio de sua Pátria e da própria Humanidade porque se faz exemplo e se torna lição.⁴⁶

Visto que para o

Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo [grifo CMN] se engalana, nesta tarde festiva de São Paulo, 25 de janeiro de 1981, para dar início, com as solenidades do estilo, ao seu 87º período de atividades cívico-culturais. E para nós paulistas, Senhor Presidente, tanto os nascidos neste Estado, como os que a ele deliberadamente se associaram, voltados ao empenho de seu engrandecimento e ao nobre culto de suas tradições - o venerando Sodalício da rua Benjamin Constant se alteia, na paisagem intelectual da cidade, como um de seus instrumentos mais eficazes, instituído providencialmente para a preservação do fabuloso acervo histórico nacional, que se contém no opulento passado bandeirante.⁴⁷

considerou-se relevante para o conhecimento histórico, tratar também desse “culto às tradições”, ‘idéia-conceito’ que perpassou toda a existência da *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*.

Artigo recebido em 13/11/2008 e aprovado em 17/02/2009.

⁴⁵ CARVALHO, Roberto Machado. Ata da Assembléia Geral Extraordinária do IHGSP realizada em 9 de abril de 1997. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 95, 1999, p. 247.

⁴⁶ GOMES, Alfredo. Orações oficiais. 25 de janeiro de 1968. *Revista do Instituto Histórico e Geográfico de São Paulo*, São Paulo, v. 67, 1970, p. 229.

⁴⁷ GOMES, Alfredo. Orações oficiais. 25 de janeiro de 1968, p. 229.